

AS IDEIAS LIBERAIS E O ENSINO PROFISSIONAL: ANÁLISE DE DISCURSO

SOUZA, Edmar de oliveira¹

GONÇALVES, Irlen Antôno²

Resumo

As ideias liberais influenciaram intelectuais e legisladores brasileiros no início da república. Na presença desta influência foram apresentado na Câmara dos Deputados de Minas Gerais projetos de leis sobre a educação e o ensino profissionais. Neste trabalho analisamos as marcas dos pensamentos liberais encontrados nos discursos referente aos projetos de leis n° 439 que contemplou a criação dos grupos escolares e do ensino técnico primário e n° 444 de 1906 que criou o Ensino Técnico Prático Profissional. Analisamos os discursos do deputado Francisco Xavier de Almeida Rolim que foi relator da comissão de Instrução Pública de Minas Gerais. Para essa análise consideramos o arcabouço teórico produzido por Pocock sobre o contextualismo linguístico. Por meio desse método foi possível refazer a trajetória histórica da palavra “virtude”. Isso possibilitou entender a adaptação desse termo no tempo histórico conforme os pensamentos liberais. Também pudemos entender como a educação completa, ou seja, essencial e profissional foi pensada para formação do cidadão republicano liberal.

Palavras-chave: ideias liberais; discurso político; ensino profissional

1 INTRODUÇÃO

Esta comunicação propõe discutir as marcas do pensamento liberal nos projetos de leis sobre ensino profissional em Minas Gerais. Tomamos como referência a análise dos discursos do deputado Francisco Xavier de Almeida Rolim. Esses discursos foram frutos das discussões para aprovação dos projetos que deram origem a lei n° 439 que criou Ensino Técnico Prático Profissional e a lei n° 444 de 1906 que promovia a criação dos grupos escolares e do ensino técnico primário.

Escolheu-se analisar o discurso do deputado Francisco Xavier de Almeida Rolim por ter sido ele relator da comissão de Instrução Pública e Civilização de Índios, e também pelo fato dele ter

¹Mestrando em Educação Tecnológica (CEFET- MG), Especialista em Psicopedagogia (Uni-BH), graduado em História (Uni-BH) – Bolsista da CAPES. E-mail edmarsouza79@yahoo.com.br

² Doutor em Educação, Professor do Programa de Pós-Graduação em Educação Tecnológica do Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais (CEFET-MG), graduado em Pedagogia. E-mail irlen@terra.com.br

proferido o maior discurso da comissão. Para análise desses discursos, tomamos como fonte os Anais da Câmara dos Deputados.

A análise dos discursos foram realizadas tendo como base o método do contextualismo linguístico, apresentadas por John G. A. Pocock. Esse método concebe a historiografia a interação entre autor e contexto. Esse método também preocupar-se com as linguagens restritas a uma atividade específica, retórica, vocabulários especializados e gramáticas, modos de discursar ou falar sobre a política que foram criados, difundidos e empregados.

1.1 O pensamento liberal no início da República brasileira

Desde o período monárquico no Brasil já ocorria à circulação de ideias liberais. Porém essas não se efetivaram, pois esse contexto brasileiro tinha como base o sistema escravocrata. De acordo com Roberto Schwarz (2014) essas ideias estavam “fora do lugar”, uma vez que o liberalismo advindo da Europa estava em um contexto onde prevalecia o trabalho livre.

As ideias liberais começaram a ser “colocadas no lugar” após 1888 quando ocorreu a abolição da escravidão no Brasil. Um ano após esse acontecimento, foi implantada no país a República que se tornou espaço apropriado para efetivação das ideias liberais.

O liberalismo, assim como qualquer tipo de ideia política, econômica ou social, não pode ser encarado, de forma alguma, como uma corrente de pensamento homogêneo. Por mais que as ideias liberais não fossem homogêneas, essas contemplavam os setores político, econômico e social brasileiro da Primeira República.

Devido não haver homogenidade nessas ideias, conforme José Murilo de Carvalho (1990) pelos menos três modelos de República influenciaram os intelectuais brasileiros.

Um dos modelos foi o pensamento da República liberal, que se espelhava na América do Norte e que era defendida pelos grandes proprietários rurais. Esse evitava o apelo à ampla participação popular, tanto na implantação como no governo da República. Pregavam ainda a necessidade de uma descentralização política dentro de uma república federativa, garantindo autonomia às antigas províncias. Para esse pensadores desse modelo “convinha-lhes a definição individualista do pacto social” (CARVALHO, 1990, p. 24).

Outro modelo seria o pensamento jacobino que exigia a liberdade, a posse da República pelos cidadãos. Também poderia ser chamada de República das grandes intervenções populares. Esse

modelo espelha suas propostas na República Francesa instaurada em 1793.

Conforme Carvalho (1990, p. 20), esta “era a república das grandes ideias mobilizadoras do entusiasmo coletivo, da liberdade, da igualdade, dos direitos universais do cidadão”.

O terceiro modelo apresentado por Carvalho (1990) foi o positivista, que de acordo com esse autor foi muito bem recebido, pois trazia em seu arsenal teórico argumentos úteis. O modelo positivista rejeitava a monarquia em prol do progresso.

Para o entendimento positivista, concebido a partir da “Lei Dos Três Estados”, a Monarquia correspondia à fase teológico-militar. Essa fase deveria ser superada pela fase positiva, que no caso seria a republicana. A separação da igreja e Estado foi também uma demanda importante para o pensamento positivista (CARVALHO, 1990, p. 20).

Embora esses pensamentos liberais tenham influenciado os intelectuais brasileiros, o que mais se destacou no final do século XIX foi o darwinismo social, “absorvido no Brasil via Spencer, o inspirador do principal teórico paulista da República, Alberto Sales.” (CARVALHO, 1998, p.93)

Para Maria Efigênia Lage de Resende (2011) a presença dessas ideias podem ser pensadas como concepções que estimularam setores de intelectuais e deputados que na monarquia já desejavam uma alteração do regime político. Para entendermos essas ideias e os setores influenciados, utilizaremos do contextualismo linguístico.

2 O CONTEXTUALISMO LINGUÍSTICO

Ao longo das décadas de 1950 e 1960 historiadores ingleses da Escola de Cambridge, iniciaram estudos sobre uma nova metodologia que apreendesse o significado das ideias em seu contexto específico. Esses estudiosos apresentavam críticas ao “modelo tradicional” vigente nesse período, usado para estudar a História do Pensamento Político ou das Ideias.

Esta comunicação faz uso das contribuições do historiador John G. A. Pocock que foi um dos estudiosos que iniciou estudos sobre a metodologia do contextualismo linguístico. O primeiro estudo de Pocock sobre essa metodologia foi apresentado em sua tese de doutoramento entre os anos de 1948 e 1952.

Os estudos de Pocock contribuíram para formulação teórica, tanto do tema objeto de estudo do contextualismo linguístico quanto da utilização dessa metodologia. A história do pensamento político ou das ideias como objetos de estudo desse método, pode ser tratada como história do

discurso político. Pois o “próprio campo de estudos se constitui por atos de discurso, sejam eles orais, manuscritos ou impressos e pelas condições e contextos em que esses atos foram emitidos” (POCOCK, 2003, p.24).

Deve-se entender nesse campo conforme Pocock (2003) o funcionamento da linguagem, considerando o léxico corrente em cada contexto, bem como a mudança interior desse léxico. Contexto para esse autor é a linguagem compartilhada pelos grupos sociais, em períodos e lugares sociais específicos.

De acordo com o contextualismo linguístico, as linguagens compartilhadas possibilita perceber os discursos políticos como diversidade e heterogeneidade de enunciações, pois esses discursos são compostos por camadas de contextos linguísticos, ou seja, várias linguagens em um mesmo discurso. Acerca dessas camadas linguísticas Pocock diz que:

Algumas são linguagens da prática profissional, que, por alguma razão, entraram na linguagem da política e se tornaram idiomas nos quais o discurso político é comumente realizado. Outras são idiomas, modos ou estilos retóricos, que podem ser mais bem compreendidos como algo que se originou no interior do discurso e da retórica da política, como resultado de lances ou *performances* operadas pelos autores e atores no âmbito da política. Enfatizar o primeiro tipo de linguagem é enfatizar a estrutura social, é sublinhar que estamos focalizando um discurso articulado por clérigos, juristas, humanistas, professores, ou talvez grupos leigos e, ocasionalmente, pelas heresias definidas por sua exclusão de uma ou outra dessas categorias. Enfatizar o último tipo, é enfatizar o discurso, é sublinhar que estamos olhando para um discurso articulado por locutores atuando no interior de uma atividade em andamento, atividade de debate e discussão, de retórica e teoria, efetuando atos cujo contexto é o do próprio discurso (POCOCK, 2003, p. 70).

Assim os discursos podem ser entendidos como complexos e que existem a presença de léxicos próprios de outras linguagens como a religiosa, econômica e científica. Essas linguagens, ao ser apropriado pelo discurso, adquirirão um novo significado nas relações políticas.

Consoante Pocock (2011), um novo significado da linguagem está agregado à proposição linguística do ator e esse tenta transformá-la de acordo com suas intenções em uma determinada especificidade. Por isso na análise dos discursos, devem ser considerados o léxico comum em cada especificidade de apropriação e a inovação da linguagem pelo enunciador.

Acerca da apropriação, Pocock (2003, p. 29) afirma que “a linguagem que um autor emprega já está em uso, foi utilizada e está sendo utilizada para enunciar intenções outras que não as suas”.

Nesse aspecto o autor se torna expropriador da linguagem de outros, usando-a para seus próprios fins. A inovação ocorre quando o autor induz momentâneas ou duradouras mudanças na forma como a linguagem é usada.

Devido às linguagens já terem sido empregadas anteriormente³, essas podem conter mudanças e permanências. As mudanças podem ocorrer conforme a utilização pelo autor em determinada especificidade. As permanências na linguagem são causadas pelas limitações do seu uso, essas podem ser impostas pelo contexto linguístico.

Essas mudanças e permanências na linguagem podem ser percebidas quando os contemporâneos do autor são investigados, uma vez que eles compartilham de igual ou semelhante linguagem. Investigá-los segundo Pocock (2003) inclui o “suscitar em terceiros” respostas que o autor não pode controlar nem presumir.

Algumas dessas respostas se efetuaram com autor e seus contemporâneos com os quais possivelmente foram travadas as trocas de discursos. Buscar respostas em terceiros possibilita entender o que o autor “estava fazendo⁴” ao escrever o texto.

Seria o mesmo que perguntar “o que ele pretendia”, ou seja, o que “estava tramando” ou o que “pretendia obter”. “Quais eram, em suma, as (por vezes ocultas) estratégias intencionais por trás de suas ações?” (POCOCK 2003 p. 28).

Buscar em terceiros informações sobre o que o autor “estava fazendo”, é considerar que os discursos não estão soltos. Dessa forma, esses discursos devem ser relacionados com outros textos de seus contemporâneos, que estejam inseridos no mesmo passado social. Mesmo que esses outros textos não estejam ligados a política.

De acordo com Pocock (2011), aprendemos muito em textos dos contemporâneos do autor como, por exemplo, nos escritos que seus amigos guardam em arquivos. Assim é de grande ajuda um conhecimento que não é idêntico ao que o autor tem de si mesmo. Um conhecimento produzido pelas ideias que circulavam em determinado período histórico.

No caso dessa comunicação em questão, o arcabouço teórico produzido por Pocock contribuirá para entendermos o período histórico em que circularam as ideias liberais no início da

³Para Pocock (2003), quando o sujeito nasce, tanto o mundo material quanto o abstrato (ideias) já teria construído seus saberes, opiniões e crenças, com suas próprias linguagens.

⁴Conforme Pocock (2003 p. 28) em inglês coloquial, perguntar o que um ator "estava fazendo" é, com frequência, o mesmo que perguntar "o que ele pretendia", ou seja, o que "estava tramando" ou o que "pretendia obter".

República brasileira.

2.1 Virtude e educação no discurso de Xavier Rolim

De acordo com Carvalho (1987), a Proclamação da República no Brasil teve pouca influência nas camadas populares e precisava de legitimação. A educação escolar se consolidou como terreno apropriado para construir a nação republicana. Para isso ocorreram modificações na legislação educacional brasileira.

Uma dessas modificações ocorreu na Constituição Federal de 1891. Com isso o texto constitucional, mediante ao artigo 35, parágrafo 3º e 4º, reservou à União o direito de criar instituições de ensino superior e secundário nos Estados e prover a instrução secundária no Distrito Federal. Aos Estados “cabia a função de legislar, criar e controlar o ensino primário e profissional” (ROMANELLI, 1986, p.41).

Dessa forma, seguindo os novos pressupostos constitucionais, no Estado de Minas Gerais iniciou debates e a elaboração de projetos de leis com o intuito de organizar o ensino primário e profissional. Diante disso, muitos projetos de leis sobre a educação e o ensino profissional foram apresentados na Câmara dos Deputados de Minas Gerais.

Após serem apresentados na Câmara, esses projetos de leis sobre o ensino profissional tramitavam em comissões específicas instituídas pelo Regimento Interno, sendo uma delas a Comissão de Instrução Pública e Civilização de Índios.

A Comissão de Instrução Pública e Civilização de Índios era responsável para tratar dos assuntos sobre educação. Essa comissão era composta por cinco membros, eleitos por um mandato anual.

Na votação dos projetos de leis apresentados a essa comissão, os deputados tinham a oportunidade de fazer seus apontamentos e assim discutirem a respeito dos projetos de leis. A partir desses apontamentos eram produzidos uma série de discursos pelos deputados participantes da votação naquela sessão.

Os discursos a serem analisados serão os sobre os projetos de Lei nº 439 e 444, de 1906. Essa lei criou o Ensino Técnico Prático Profissional como um componente complementar ao grupo escolar. Enquanto naquela, de acordo com Gonçalves (2012, p.18), tem-se “a materialização do projeto de formação do trabalhador, representado pela criação dos grupos escolares e do ensino

técnico primário.”

O discurso de Xavier Rolim⁵ é vultoso, sendo o maior entre os membros da Comissão de Instrução Pública e Civilização de Índios. No montante dos discursos desse deputado é citado nomes de pensadores⁶, franceses, ingleses, estadunidenses e brasileiros que contribuíam para o pensamento em prol da educação.

Ao analisarmos o discurso de Xavier Rolim encontramos a palavra virtude que permeia toda estrutura de sua enunciação. Essa palavra apareceu 12 vezes no texto do deputado, apesar de não ser tão mencionada ela tornou-se a base do seu discurso. A palavra em questão evidencia a influência do pensamento liberal no discurso de Xavier Rolim.

Os discursos do deputado apresentam os atributos da palavra virtude promovidos pela educação como essencial na formação do sujeito Republicano. Nas palavras de Xavier Rolim:

Seja, portanto, a grande obra da **educação** inocular no coração da juventude a piedade, a justiça, o respeito da verdade, **o amor da pátria**, a benevolência para com todos, a sobriedade, **o gosto do trabalho**, a castidade, a moderação, a temperatura, **todos as virtudes que constituem a base da República** e o ornamento da sociedade, como sabiamente dispõe a lei escolar do Massachusetts, nos Estados Unidos (ROLIM, 1904, p.564-565, grifos meus).

Segundo Pocock (2003, p.91) a palavra virtude acompanhou “a história do liberalismo, que é uma questão de lei e direito, existiu no decorrer de todo o início da modernidade uma história do humanismo republicano, na qual a personalidade era considerada em termos de virtude”

Sobre virtude, Pocock (2003, p.88) aponta que: “é uma palavra com uma longa história e uma enorme diversidade de significado”. Sendo utilizada muitas vezes como sinônima de “natureza”, “essência” ou “característica essencial”.

No léxico republicano clássico, consoante Pocock (2003) virtude pode ser entendida como a

⁵Formou-se em teologia em Diamantina em 1878, foi Vereador em Diamantina 1883/1886, Vereador em Curvelo, de 1892 até 1895, Agente Executivo (Prefeito) da mesma cidade de Curvelo, de 1895 a 1912, Deputado Estadual, de 1899 até 1914, e Senador Estadual de 1915 até 1926, em Minas Gerais. Foi nomeado Cônego da Sé de Diamantina e membro do seu cabido diocesano, além do título de Camareiro Supra Numerário, de Sua Santidade o Papa Bento XV.

⁶ Ferdinand Édouard Buisson; Marie Joseph Louis Adolphe Thiers; Vissiot Lonrentie; Julio Simon; Nicolas Malebranche e Descartes (franceses); Herbert Spencer e Abraham Lincoln (ingleses); William Channing Woodbridge e William Ellery Channing (estadunidenses); Antônio Carlos Gormes; Victor Meirelles; Pedro Americo; João Pinheiro; Manoel Thomazde Carvalho Britto; João Bráulio Moinhos de Vilhena Júnior e Ruy Barbosa (brasileiros).

ação, ou requisitos para a ação. As relações de igualdade entre cidadãos implicado no governar e ser governados. Essa ação deveria significar a prática de um código de valores realizada pelo cidadão em prol do bem público.

Esse entendimento da ideia de virtude é a interpretação de Pocock (1975) sobre os escritos de Maquiavel. Esse autor é enfático ao apontar a inspiração aristotélica do conceito de virtude cívica do humanismo renascentista. Pocock (1975) afirma que a ideia de virtude foi apropriada e modificada na revolução norte-americana.

Devido a essa apropriação, Pocock (2003, p. 96) diz que a “virtude foi redefinida - embora existam sinais de uma tendência a abandonar a palavra, essa seria substituída pelo conceito de “maneiras”. Para esse autor, isso foi ocorrendo conforme o sujeito foi deixando o mundo rural e entrando em um universo do comércio. Diante disso os “indivíduos perderam o acesso a atividade de governar e ser governados”

Os indivíduos tiveram que delegar o governo a representantes “profissionais e especializados”. Essa nova relação, segundo Pocock (2003, p. 97), “era de natureza social, e não políticas”, e levavam o indivíduo a desenvolver não as chamadas “virtudes”, mas de “maneiras”.

O termo “maneiras” era a combinação de ético e moral juntamente com o termo jurídico *consuetudines*. Pocock (2003) afirma que a psicologia social da época afirmava a relação das pessoas entre si e com coisas evocavam paixões e as reafirmavam, transformando-as em “maneiras”.

Essa transformação fez com que “as maneiras obtivessem maior importância que as leis”, pois elas auxiliavam a moral. Portanto criou-se no pensamento liberal a necessidade “ideológica de defender o comércio contra a antiga virtude” (POCOCK, 2003, p. 97).

Diante dessa trajetória histórica, concluímos a estreita relação da palavra virtude com a moral. Essa relação possibilita compreendermos nas palavras de Xavier Rolim a cultura moral como “maneiras” ou costumes a serem criados para formação do cidadão:

O indivíduo cujas faculdades intelectuais não são equilibradas por uma **cultura moral** suficiente, cujo espírito é mal dirigido, obedece à violência de seus instintos, à desordem das paixões. A indiferença para a **virtude**, uma grande satisfação de si mesmo, uma altivez pretensiosa que o leva a julgar tudo, a apatia, a preguiça, a intemperança, são os frutos da educação falseada (*Apoiados*). (ROLIM, 1904, p. 328, grifos meus)

A educação “verdadeira” seria a responsável por criar uma cultura de “maneiras” para orientar o cidadão republicano. O cidadão não deveria receber a educação falseada, pois essa promove a preguiça. A cultura de “maneiras” ou moral deveria ser fornecida pela educação verdadeira, pois ela auxilia na formação do trabalhador, do patriotismo e do cidadão que respeitando as leis.

Para o cidadão tornar-se trabalhador, deveria receber a educação completa. Essa educação seria promovida pelo estado após a aprovação da criação dos grupos escolares, inserindo nesses o ensino técnico. Assim afirmou Xavier Rolim:

Como sejam os grupos escolares institutos de ensino primário completo, devesse-lhe anexar o **ensino técnico**. A educação popular se divide em *essencial* e *profissional*. A primeira tem por fim formar o homem dando-lhe toda a força da sua natureza e tornando-o capaz de preencher o seu nobre destino; a segunda prepara o homem social – o lavrador, o industrial, o arquiteto, o comerciante. São duas partes harmônicas, que se completam, que se fortalecem, que se aperfeiçoam. É do maior interesse de uma nação dar a seus filhos uma **educação completa**, porque disto depende a sua marcha na estrada do progresso e da perfectibilidade (*Apoiados*) (ROLIM, 1906, p. 329-330, grifos meus).

No discurso do deputado, o cidadão republicano deve ter o ensino técnico, pois ele é que dá a formação profissional. O trabalhador que recebe essa formação está preparado para operar na indústria, comércio e agricultura. O futuro da nação dependia da escola formar o trabalhador republicano. Dessa forma a aprovação desse projeto de lei era de essencial importância não só para o estado de Minas Gerais, mas para o Brasil.

Dessa maneira Xavier Rolim acreditava que a formação do cidadão, só seria possível mediante o recebimento da educação completa. Sendo a parte essencial fornecida por uma cultura moral que atribuiria os valores republicanos e parte profissional que formaria base da mão de obra que levaria o país rumo ao progresso.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Por meio do presente estudo constatou-se através do contextualismo linguístico de Pocock (2011) que um novo significado da linguagem está agregado à proposta de educação apresentada pelo deputado Xavier Rolim. Esse tenta transformá-la de acordo com suas intenções em uma determinada especificidade.

Nessa perspectiva de mudança da linguagem por meio da apropriação, vimos como as ideias liberais modificaram a palavra virtude. Também percebemos o desdobramento dessa palavra nos discurso de Xavier Rolim. Para esse deputado a virtude promovida pela educação se dá pela cultura moral.

Podemos entender que a cultura moral é o anseio do deputado Xavier Rolim em criar “maneiras”, ou, utilizar a educação para formar uma cultura republicana. Consonante Pocock (2003) as “maneiras” no pensamento liberal são mais importantes que as leis. Isso implicava na tentativa de criar uma cultura liberal no Brasil no início da República.

A formação dessa cultura sustentaria a nação, “fazendo reinar em nossa querida Pátria a paz, a ordem, a liberdade e, em consequência, teremos segura a estabilidade das instituições republicanas” (ROLIM, 1904, p. 337).

A tentativa de criar no cidadão mineiro essas “maneiras” ou cultura moral evidencia a presença das ideias liberais tanto francesa quanto inglesas influenciando os legisladores brasileiros no início da República. Essas ideias contribuíram para formulação das leis sobre o ensino técnico profissional.

Portanto as ideias apresentadas no discurso de Xavier Rolim convergem para a responsabilidade da educação completa, essencial e profissional, formar o cidadão republicano trabalhador.

REFERÊNCIAS

CARVALHO, José Murilo de, *A Construção da Ordem: a elite política imperial*. Teatro das Sombras: a política imperial, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2003.

CARVALHO, José Murilo de. *A formação das almas - O imaginário da República no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

CARVALHO, José Murilo de. *Os bestializados: o Rio de Janeiro e a República que não foi*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

GONÇALVES, Irlen Antônio, (organizador); NOGUEIRA, Vera Lúcia; PÁDUA, Pedro Geraldo de; VERSIEUX, Daniela Pereira; GOODWIN, James William; LIMA, Junia de Souza. *Progresso, trabalho e educação profissional em minas gerais*: Belo Horizonte: Mazza Edições, 2012.

GONÇALVES, Irlen Antônio. *A República e os seus projetos de educação profissional: escolarização do trabalhador do campo e da cidade*. Educação em Perspectiva, Viçosa, v. 3, n. 1, p. 205-225, jan./jun. 2012.

GONÇALVES, Irlen Antônio. *A Formação do sujeito trabalhador na República: o ensino técnico profissional e a criança desvalida da fortuna*. In: VI Congresso Brasileiro de História da Educação, Vitória, 2011, p. 45-60.

GONÇALVES, Irlen Antônio; CHAMON, Carla. *As políticas públicas para a educação profissional em Minas Gerais: o ensino técnico primário na virada do século XIX para o século XX*. Congresso Iberoamericano e História de La Educación Latino Americana. VIII, 2007, Buenos Aires. Anais..., Sociedad Argentina de Historia de la Educación, 2007.

GONÇALVES, Irlen Antonio; CHAMON, Carla. *O Congresso Mineiro e a Educação Profissional em Minas Gerais: o ensino técnico primário*. Educação em Revista. Belo Horizonte, v.28, n°02, jun., 2012, p.153-174.

POCOCK, J. G. A. *Pensamiento político e historia: ensayos sobre teoría y método*. Madrid: Ediciones Akal, 2011.

POCOCK, John G. A. *Linguagens do Ideário Político*. São Paulo: Edusp, 2003.

RESENDE, Maria Efigênia Lage de. *O processo político na Primeira República e o liberalismo oligárquico*. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de A. Naves (Org). O Brasil Republicano, vol. 1, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011, p. 89 – 120.

ROLIM, Francisco Xavier de Almeida. *Anais da Câmara dos Deputados 1903-1906*. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1906.

ROMANELLI, O. O. *História da Educação no Brasil (1930/1973)*. 8. ed. Petrópolis: Vozes, 1986.

SCHWARZ, Roberto. *As ideias fora do lugar: Ensaio selecionados*. São Paulo: Penguin Classics Companhia das letras, 2014.

SILVA, Ricardo. O contextualismo linguístico na história do pensamento político: Quentin Skinner e o debate metodológico contemporâneo. Dados [online]. 2010, vol.53, n.2, pp.299-335. ISSN 0011-5258. Acesso em: 18 nov. 2019. <http://dx.doi.org/10.1590/S0011-52582010000200002>.

STUTZ, Beatriz Lemos; LUCENA, Carlos Alberto. *Educação profissional e os ideais liberais presentes no pensamento educacional brasileiro*. Revista HISTEDBR On-line, Campinas, n.38, p. 139-149, jun.2010 - ISSN: 1676-2584 Disponível em: http://www.histedbr.fe.unicamp.br/revista/edicoes/38/art11_38.pdf